

Muitas distorções no plano original

No momento em que Brasília completa mais um ano e a população vive a expectativa de um novo governo, Marco Antônio Galvão, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil IAB, fala das modificações por que tem passado a cidade nos últimos anos, das condicionantes destas mudanças e do que considera o mais importante, a necessidade de ouvir-se os habitantes da cidade antes de agir sobre ela.

Marcia Alvaro

JBr — Fala-se na crise das cidades. Ela existe realmente? E quais são suas causas?

Galvão — A crise existe e é inegável. A indústria automobilística e o exodo rural são, sem dúvida, as duas causas mais importantes. O trabalhador é expulso do campo, o que provoca um inchaço nas cidades, principalmente nos grandes centros, que atraem mais. Os pequenos centros não têm um crescimento proporcional. Estas duas causas básicas se unem à falta de transporte coletivo e de planejamento, pois não há continuidade no tratamento dos problemas.

JBr — As obras de infra-estrutura tem sido consideradas prioritárias pelo governo?

Galvão — Não têm sido. A rede de esgotos de Brasília, de um modo geral, é insuficiente — ainda que sejam uma das cidades melhor servidas neste aspecto. Mesmo dentro do próprio Plano Piloto, as duas estações de tratamento já estão saturadas. E nas cidades-satélites é muito mais grave. No Plano Piloto temos um autódromo e dois estádios de futebol e cada cidade-satélite tem seu estádio, mas não tem rede de esgoto. Alega-se falta de verbas para as obras de infra-estrutura, mas de onde surgiram recursos para tantos estádios?

As duas penínsulas (Norte e Sul) não possuem estação de tratamento. Então a estação de Brasília produz um adubo, resultante do próprio esgoto, que depois de vendido vai para os jardins das residenciais da Península. Com as chuvas, esse adubo é levado para o lago, porque não há captação de águas pluviais. Torna-se então um círculo vicioso: o esgoto é tratado e volta para o lago.

Estão sendo realizados estudos, pela



Wilson Pedrosa

Apesar de tudo, uma cidade onde ainda se vive

Caesb, para apurar as causas dessa poluição e suas soluções. O que acho ótimo, mas é preciso saber quanto tempo eles vão levar para chegar às conclusões e por em prática os resultados. Existem estudos, da própria Caesb, desde 67, para captar esses esgotos e jogá-los em outro sistema, que não o do Paranoá e isto também não foi feito até hoje.

JBr — E os órgãos de planejamento e urbanismo do GDF diante disso tudo?

Galvão — O que vejo como cidadão e arquiteto é que eles não estão atendendo aquilo que aspiramos. Talvez não tenham a força que deveriam ter.

JBr — Marcos Vasconcellos, arquiteto e jornalista, afirmou em entrevista ao Pasquim que o urbanismo é uma idiotice inventada para tentar salvar as cidades. E que não acredita em planejamento, por que a cidade cresce desordenadamente.

Galvão — Ele cresce evidentemente de forma desordenada, mas se existe a cidade, se existe a urbis, então qualquer trabalho que se faça sobre ela, inclusive para tentar impedir que seu crescimento se dê desta forma, é urbanismo.

JBr — Para Vasconcellos, o urbanismo hoje tem que ser um pronto-socorro: um grupo tratando da cidade de maneira dialética, — pois ela muda todo dia.

Galvão — Esta postura é em função da situação em que se vive hoje, quando nada foi feito há longo prazo, e evidentemente, nós temos que assumir o que está ocorrendo. Mas mesmo que não se acerte, acho que deveríamos pensar também no futuro.

JBr — A descentralização da cidade poderia ser a solução para essa crise urbana?

Galvão — Acredito que sim, pois o grande centro urbano é totalmente condenável, porque não dá as condições mínimas de uma vida normal aos seus habitantes.

Me ocorre agora que talvez o Marcos tenha querido dizer que o planejamento urbano não adianta nada. Veja o caso de Brasília: A cidade foi planejada e não houve o acompanhamento desse plano. Principalmente após 64, quando foi tudo cortado. O que se fazia em planejamento foi cortado e a cidade começou a crescer desordenadamente. Hoje existe esta quase conturbação entre o Plano Piloto e Taguatinga, com Setor de Indústria, Guarã, — Guarã I, II, III, sei lá quantos. E dentro de uma cidade planejada aconteceu isso. Mas ainda acho que adianta um pouco, porque, de qualquer forma, ainda se vive em Brasília. E isto se dá em consequência dos espaços que ainda se tem. Não há grandes engarrafamentos, e o transporte coletivo, — por precário que seja, —

tem ao menos um deslocamento razoavelmente contínuo. Mesmo nas cidades-satélites, com todas as deficiências, as pessoas ainda vivem em melhores condições que em qualquer grande centro urbano.

JBr — Dentro desta política de descentralização, o IAB elaborou em 1976 um documento em que cita as Associações de Moradores como uma solução. Estas Associações poderiam corresponder às mini-prefeituras que estão surgindo na cidade?

Galvão — Acho que sim. Inclusive realizamos algumas reuniões dentro do IAB, com estas prefeituras. E pretendemos dar continuidade a este trabalho por que este mesmo parece ser o caminho mais importante para tentar resolver alguns dos problemas da cidade. Dessa forma passamos a ouvir o morador diretamente.

JBr — Em termos de IAB, que resultados concretos se poderia obter a partir destas reuniões?

Galvão — O IAB não tem atuação direta sobre os órgãos, mas na medida em que congrega os arquitetos, atua dentro da própria classe. Tomando conhecimento da realidade, esses profissionais a levarão para os locais de trabalho.

JBr — Esses prefeitos têm possibilidades de adquirir força política para levar ao governo suas reivindicações?

Galvão — Acredito que sim. E eles tem conseguido. Sensibilizaram inclusive o Elmo Serejo no sentido de obter melhorias para suas superquadras. O fundamental é que esta convivência e interesses pelos problemas comuns leva ao debate e a uma aglutinação das pessoas, que resulta em uma força política de reivindicação. E é nesse aspecto que está a validade das prefeituras, não só nas superquadras, mas principalmente nas cidades-satélites. Pois são elas que mais precisam de apoio. E já existe movimento nesse sentido em Sobradinho, Taguatinga e Ceilândia.

JBr — O Sr. se referiu à viabilidade da cidade, em função dos espaços que ela ainda possui. Mas acredita que possamos chegar a um ponto de enfrentar a pressão pela especulação imobiliária para ocupar estes espaços?

Galvão — Já chegamos a esse ponto. O próprio Elmo Serejo admitiu essa pressão, quando justificou a construção do parque Rogério Pitton, diante das críticas que recebeu. A pressão existe e não é só por parte da iniciativa privada, mesmo o governo tem pressionado com loteamentos como os que estão sendo feitos pela Novacap, na Península Sul. Eles argumentam que se torna cada vez mais difícil manter essas áreas verdes, então têm que ocupá-las. Mas isto é uma faca de dois gumes. Ao invés de deixar o cerrado como ele está, loteiam e na medida em que isto ocorre é preciso implantar toda a infra-estrutura. O que não soluciona o problema.

JBr — Ainda está sendo respeitado o gabarito dos andares dos prédios da cidade, apesar da política de verticalização dos terrenos, nos grandes centros?

Galvão — Nas superquadras sim, mas no Setor de Rádio e TV foi alterado o gabarito, com autorização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. O CAU é um órgão de assessoria do governo do DF, encarregado de analisar as modificações do desenvolvimento do Plano Piloto. Tem o Oscar Niemeyer, Lúcio Costa como membros vitalícios e o governador como nato, entre outros membros. Quando Hélio Prates foi governador, isto foi totalmente desrespeitado, pois além de não ouvir o Conselho, ele praticamente o dissolveu.

Na gestão passada o conselho foi consultado pelo Elmo Serejo, que ouviu Niemeyer e Lúcio Costa em várias oportunidades. E espero que o novo governador o reative e lhe dê força e que este tenha uma atuação mais contínua.

JBr — Um fato muito combatido em relação a Brasília, é o de que aqueles que construíram a cidade, vivem hoje à margem dela. Brasília teria se tornado uma cidade essencialmente burguesa, com o operariado vivendo na sua periferia.

Galvão — Este fenômeno não ocorre só em Brasília, evidentemente, mas em todas as cidades, e é consequência da nossa sociedade capitalista, sem dúvida.

JBr — Existe uma política urbana?

Galvão — Existe na medida em que os próprios órgãos de urbanismo são con-

trolados pelo governo. Então se temos pessoas da confiança dos governos dentro destes órgãos, eles tomam decisões dentro dos interesses do poder. A polícia urbana é, então, condicionada pela política governamental.

JBr — Dentro desta limitação da política urbana, há solução para os aglomerados como a Vila Planalto e o Paranoá?

Galvão — É inviável. Vamos tomar o caso da Vila Planalto e colocar numa situação hipotética. Se a Vila foi reurbanizada, e os lotes dados a quem mora lá, ocorreria que estes lotes seriam muito valorizados e em menos de um mês o proprietário venderia o terreno. É um fato político, essencialmente. Ele seria expulso pelo próprio sistema. Portanto não vejo solução.

JBr — Então não há solução para as cidades dentro do sistema capitalista?

Galvão — Dentro desse sistema não há. Temos condições de melhorar, mas de solucionar, não.

JBr — Alega-se que os arquitetos foram um pouco marginalizados quando engenheiros começaram a encampar o seu trabalho. Se isso ocorre, que tipo de distorções traz?

Galvão — O fato ocorre realmente e tem se discutido muito a respeito dentro do IAB, do CREA e do próprio Concrea, que são os órgãos representativos da classe. Mas chao que é problema de difícil solução porque vem desde a formação do profissional, e implicaria na reformulação do ensino universitário e talvez até antes. Na medida em que o profissional formado não tem uma visão clara de onde ele pode atuar, quais são os códigos de ética que ele deve obedecer, não vai ser através de leis que se vai resolver o problema.

JBr — Qual seria a causa desta distorção dentro da universidade?

Galvão — Também é um problema político. Depois de 64 a formação humanística foi eliminada do ensino e o governo criou uma outra formação para um tipo profissional que ele achou que iria precisar, que é o técnico.

JBr — Parece haver uma incoerência entre a posição política assumida pelo arquiteto e a própria realidade. É impossível ser coerente?

Galvão — É verdade. Nós temos que assumir uma posição da forma que julgamos coerente, e que é contrária ao sistema capitalista em que vivemos. Mas o sistema é um fato, é uma realidade. A gente tem que se adaptar, e agir da melhor forma dentro do que está aí. Não há possibilidade de escapar.

JBr — Qual o seu ponto de vista diante da política habitacional da SHIS, construindo casas em massa para a população de baixa renda?

Galvão — Construir casas em massa seria uma solução, talvez, mas não da forma com que está sendo feito. O problema é de qualidade, pois a SHIS entrega por um custo razoavelmente elevado uma construção que não vale nada. E em espaços que não são reais, não correspondem às necessidades de quem vai morar dentro delas: existem casas de zero quarto. Isso é piada!

JBr — Oscar Niemeyer tem insistido que a cidade se divirtuou após 64. O que aconteceu em termos de arquitetura e urbanismo neste período?

Galvão — O problema está implícito em tudo o que já se falou anteriormente. Além disso, para corrigir determinadas distorções é preciso, evidentemente, criticar o sistema em que se está vivendo, que é o capitalista, e isso depois de 64 não foi possível. Pessoas de gabarito que atuavam nesta área — o próprio Oscar e muitas outras —, foram, simplesmente, colocadas de lado. Muitos tiveram que ir embora do país.

JBr — E os que ficaram?

Galvão — Estes tiveram uma atuação muito limitada. Ou se adaptavam ao esquema e passavam a fazer o que normalmente não fariam ou a não fazer nada. Houve uma forte redução no ritmo de trabalho. E com a mudança de orientação dentro das universidades, ocorreu também que os novos profissionais foram se encaixando dentro da nova mentalidade. Houve um rompimento da arquitetura que se fazia até 64 com a que se passou a fazer posteriormente, o que é aliás o tema do nosso Congresso.